SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 863, DE 2016

Requer, nos termos do art. 50 caput da Constituição Federal, que seja convidado a comparecer a esta Casa o Senhor Marcelo Calero, ex-Ministro da Cultura, a fim de prestar os devidso esclarecimentos a respeito dos fatos noticiados pela imprensa, e que primeiramente foram suscitados na notícia veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, no dia 19 de novembro de 2016, segundo a qual o Sr. Marcelo Calero acusa o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para fovorecer seus interesses pessoais.

AUTORIA: Senador Humberto Costa

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente

Página da matéria

SF/16217.97737-26

REQUERIMENTO Nº , DE 2016 - PLEN

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do artigo 50 caput da Constituição Federal, que seja CONVIDADO a comparecer a esta Casa o Senhor Marcelo Calero, ex-Ministro da Cultura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos fatos noticiados pela imprensa, e detalhados na justificativa abaixo, e que primeiramente foram suscitados na notícia - **"FORA DO GOVERNO, CALERO ACUSA GEDDEL DE PRESSIONÁ-LO PARA LIBERAR OBRA" -** veiculada pelo jornal "FOLHA DE S. PAULO", no dia 19 de novembro de 2016, segundo a qual o Sr. Marcelo Calero acusa o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para favorecer seus interesses pessoais.

JUSTIFICAÇÃO

O ex-Ministro da cultura, Marcelo Calero, em entrevista ao jornal "FOLHA DE S. PAULO" publicada no último sábado (19 de novembro de 2016), acusou o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de tê-lo pressionado a produzir um parecer técnico para favorecer seus interesses pessoais. Segundo Calero, o articulador político do governo Temer o procurou pelo menos cinco vezes – por telefone e pessoalmente – para que o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão subordinado à Cultura, aprovasse o projeto imobiliário La Vue Ladeira da Barra, nos arredores de uma área tombada em Salvador, base de Geddel. Como se observa do seguinte trecho da publicação:

> **Isso começou quando?**
> *Foi logo que tomei posse, não demorou mais do que um mês. Depois desse recurso não tomei mais conhecimento. Até que, no dia 28 de outubro, uma sexta-feira, por volta de 20h30, recebo uma ligação do ministro Geddel dizendo que o Iphan estava demorando muito a homologar a decisão do Iphan da Bahia.*

SF/16217.97737-26

Ele pede minha interferência para que isso acontecesse, ***não só por conta da segurança jurídica, mas também porque ele tem um apartamento naquele empreendimento.*** *Ele disse: "E aí, como é que eu fico nessa história? ".*

E como o sr. reagiu?

Eu fiquei surpreendido, porque me apareceu – não sei se estou sendo muito ingênuo -tão absurdo o ministro me ligar determinando que eu liberasse um empreendimento no qual ele tinha um imóvel. Você fica atônito. Veio à minha cabeça: "Gente, esse cara é louco, pode estar grampeado e vai me envolver em rolo, pelo amor de Deus".

O ministro Geddel tem uma forma de contato muito truculenta e assertiva, para dizer o mínimo. Então, na ocasião, eu tergiversei, disse que tinha uma agenda com ele para falar de outros assuntos e que poderíamos falar daquela.

E aí?

Na segunda-feira de manhã, eu chamei a Kátia e falei o que estava acontecendo, mas disse que, ao contrário do que ele pediu, eu queria uma solução técnica. Uma preocupação que eu tive foi a seguinte: eu sou um cidadão de classe média, servidor público, diplomata de carreira. O único bem relevante que eu tenho na minha vida é a minha reputação, a minha honra.

Fiquei extremamente preocupado de eu estar sendo gravado e, no final das contas, eu poder estar enrolado – imagina! – com interesse imobiliário de Geddel Vieira Lima na Bahia. Pelo amor de Deus! ***Fiquei preocupado de estar diante de uma prevaricação minha, podia estar diante de uma advocacia administrativa, para dizer o mínimo.***

Pensei em procurar o Ministério Público, a PF. Depois de conversar com Kátia, fui ao ministro Geddel, com quem eu tinha um despacho, e ele falou que o pleito dele era plausível e eu dizia: "Vamos ver" e que a decisão seria técnica.

Depois disso, eu disse para a Kátia: "Tome a decisão que tiver que tomar, se eu perder o meu cargo por isso, não há problema. Eu saio. Eu só não quero o meu nome envolvido na lama, em suspeita, qualquer que seja, de que qualquer agente público possa ser supostamente beneficiado pelo fato de que ele exerce pressão sobre mim".

O presente requerimento visa assegurar que o Senado esclareça a conduta praticada pelo Ministro de Estado, que claramente atinge o princípio da moralidade administrativa e implica o núcleo do governo federal na prática de graves condutas criminosas, como o crime de concussão.

SF/16217.97737-26

Conforme se lê da entrevista do então Ministro de Estado da Cultura publicada no último dia 19, o Sr. GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA lhe fez ligações bastante insistentes a partir de interlocutores, além de ter interpelado pelo recebimento de advogados, até que por fim revelou o real propósito de seu interesse na questão, conforme acusação clara e enfática do ex-ministro de Estado da Cultura:

A conduta ilícita do Sr. GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA só foi possível por sua condição de Ministro de Estado diretamente ligado ao Sr. Presidente da República, dotado da ousadia de exercer pressão sobre o colega e ainda, envolver diretamente, o Sr. Presidente da República em sua conduta ilícita, ameaçando acionar o chefe do Poder Executivo para legitimar o atendimento a seu interesse pessoal.

Ante o exposto, consideramos essencial que o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo venha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal prestar os devidos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em de novembro de 2016

Senador HUMBERTO COSTA
Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática